

CAPOEIRA AO MAR! – Possíveis conexões entre a Marinha e os capoeiras em Pernambuco

VERÔNICA DE HOLANDA SANTOS*
Bacharel em Letras

VICENTE DEODATO DE LUNA FILHO**
Professor de Educação Física

SUMÁRIO

Um pouco da história da capoeira
A capoeira de/em Pernambuco
A Escola de Aprendizes-Marinheiros x a capoeira
Mestre Pirajá: uma vida dedicada à Marinha e à capoeira pernambucana

UM POUCO DA HISTÓRIA DA CAPOEIRA

Waldeloir do Rego realizou o primeiro ensaio socioetnográfico sobre a capoeira no ano de 1968, em que faz uma análise etimológica da expressão “capoeira” e aponta três versões: a origem africana, a brasileira e a indígena. Desse modo, verificamos o caráter polissêmico do termo “capoeira”. Em BARÃO (1999,

p. 45), “entender a etimologia da palavra Capoeira pode contribuir para compreensão das construções feitas acerca do seu significado”.

É na versão dada à origem indígena, ou seja, na acepção dada ao signo linguístico “*capuera*”, que temos o significado de: “[...] mato virgem que já não é, que foi botado abaixo e em seu lugar nasceu mato fino e rasa. Neste local os escravos se escondiam para a emboscada”.

* Pós-graduada em Ensino de História das Artes e das Religiões pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestranda em Ciências da Linguagem – Universidade Católica de Pernambuco.

** Licenciatura em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Chefe de Divisão de Esporte do Centro Comunitário da Paz Eduardo Campos em Recife (PE).

Já no significado seguinte temos a seguinte passagem: "[...] espécie de cesto onde se metem as galinhas. Os escravos que traziam capoeiras de galinhas para vender no mercado, enquanto não abria, divertiam-se jogando capoeira. Por uma metonímia, o nome da coisa passou para o nome da pessoa com ela relacionada" (WALDELOIR, 1968). De acordo com a explicação de Waldeloir no que concerne à origem africana, temos a seguinte passagem de BARÃO (1999, p. 48): "[...] Esta colocação apresenta o cenário em que o jogo da capoeira possivelmente se desenvolveu. O sentido da origem da capoeira enquadrando-se numa situação de escravidão urbana e relacionada às atividades dos escravos de ganho".

Ainda com relação a esta acepção (BARÃO, 1999, *apud* Marcos Bretas), a autora informa que Bretas realizou um estudo sobre as profissões de presos que jogavam capoeira no final do século passado, de acordo com os processos policiais da Casa de Detenção do Rio de Janeiro. O estudo aponta que os índices, em primeiro lugar, são dos presos identificados como "trabalhadores", de forma genérica; em segundo lugar estão os "vendedores de folhas", referindo-se àqueles que levavam as cestas, denominadas "capoeiras". Sendo assim, entende-se que os personagens chamados de "capoeiras" eram trabalhadores, escravos de ganho, que no período de não-trabalho jogavam capoeira.

Em outra acepção do termo, temos a versão de que seria uma possível "imitação da natureza", como escreveu WALDELOIR (1968): "[...] uma espécie de perdiz pequena, anda sempre em bandos e no chão, o macho da capoeira é muito

ciumento e por isso trava lutas tremendas com o rival que ousa entrar em seus domínios. Partindo dessa premissa, os passos de destreza desta luta, as negaças, foram comparados com os homens que, na luta simulada para divertimento, lançavam mão apenas da agilidade".

Há ainda a relação dos praticantes de capoeira com "vadios", e isso pode ser confirmado no Código Penal de 1890, no artigo 402, que considera a atividade como crime – seus praticantes receberam forte repressão ao serem pegos jogando capoeira pelas ruas, sendo presos e enviados a Fernando de Noronha para cumprirem pena. Somente na década de 30 é que a Capoeira foi descriminalizada, sendo, inclusive, valorizada pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. Em 1937, Vargas, ao assistir uma apresentação feita por alunos do

Mestre Bimba, disse a seguinte frase, até hoje consagrada por praticantes: "A capoeira é o único esporte genuinamente nacional" (BARÃO, 1999, p. 60).

Inúmeras pesquisas tentam buscar a origem da capoeira, posto que, por mais que se debata a respeito, não é tarefa simples ou fácil, mesmo que alguns pesquisadores afirmem ter a capoeira surgido no período escravocrata brasileiro. Esta é uma via da origem, mas não a única.

[...] Essa expressão [capoeira] ganha novos sentidos em Portugal, onde possui o significado não só de cesto de se carregar galinhas, como do próprio galinheiro. (...) Uma aproximação entre a capoeira onde se carregavam galinhas e capoeiras de bandidos, grupo de bandidos, grupo de escravos fugidos, malta de capoeiras. (BARÃO, 1999, p. 49)

A capoeira é o único esporte genuinamente nacional

Getúlio Vargas

Segundo BARÃO (1999, p. 11), “pesquisar a capoeira é sempre um empreendimento ambicioso, pois esta é uma prática polissêmica, que traz diversas possibilidades de interpretações, considerada, ao mesmo tempo, como luta, arte, esporte e religião, entre outras definições”. A autora desperta, ainda, para a seguinte definição sobre a capoeira: “A origem da capoeira como ‘luta de libertação’ aponta para o seguinte aspecto: a força daqueles que estão em situação de opressão, abaixo e à margem da estrutura. Podemos perceber esta característica desde a origem desta prática entre africanos trazidos como escravos ao Brasil, assim como em grande parte dos seus praticantes contemporâneos, os ‘sobreviventes da periferia’, que vivem numa situação de opressão” (BARÃO, 1999, p. 31).

Foi com Annibal Burlamaqui, o Conde Zuma, no livro intitulado *Gymnastica Nacional – Capoeiragem Metodizada e Regrada* (1928), que se deu início a um pensamento da capoeira enquanto esporte nacional. O livro traz em seu prefácio a seguinte frase: “É tempo já de nos libertarmos dos sports estrangeiros e darmos um pouco de atenção ao que é nosso, ao que é de casa. E depois vale a pena isso, pois a gymnastica brasileira vale por todos os sports estrangeiros, supera-os até”. Barão nos revela algo a mais sobre Annibal Burlamaqui: No pioneiro trabalho, Conde Zuma faz um breve panorama histórico da “evolução da capoeira, tomando sua origem nas lutas quilombolas e apresenta, então, os golpes e propõe um método de treinamento. Alguns autores percebem uma nítida influência de Zuma na sistematização de ensino que Mestre Bimba cria”. (BARÃO, 1999, p. 59)

Revisitar o contexto histórico em que a capoeira surgiu e se sedimentou é mais do que uma necessidade, é a possibilidade de fazer uma leitura histórico-crítica desta

manifestação e, conseqüentemente, resgatar seletivamente os seus valores culturais, não no sentido de retornar aos “velhos e bons tempos”, pois qualquer coisa neste sentido seria um “retorno transformado”, mas no sentido de compreendê-la melhor e implementar novos horizontes para a mesma. Afinal, a capoeira é um palco de tensões em que forças reprodutoras e transformadoras coexistem dinamicamente (FALCÃO, 1996, p. 25-26 *apud* KOHL, 2012, p. 45).

Devemos ressaltar que no início a capoeira era uma prática que caminhava sempre de mãos dadas com uma outra. Como bem nos exemplifica BARÃO (1999, p. 59):

“[...] a capoeira parece ser uma prática realizada conjuntamente com outras, assim, onde houvesse batuque podiam estar os capoeiras, onde tivesse o samba, a folia de reis e até mesmo o frevo, em Pernambuco, é possível que os mesmos personagens estivessem presentes. Por isso a prática da capoeira foi considerada como generalizada nas principais cidades do país, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro, no final do século passado. Entretanto, devido ao menor grau de repressão policial, o Nordeste brasileiro ficou consagrado como território da velha guarda da capoeiragem, enquanto a capoeira do Rio de Janeiro passou por um processo de esquecimento, reinventando-se numa tradição da capoeira relacionada à Bahia”.

A CAPOEIRA DE/EM PERNAMBUCO

Os capoeiristas recifenses eram chamados de brabos e valentões, como nos informa BELTRÃO (2011, p. 8): “a capoeira de Recife, sinônimo de autenticidade e destreza com brabos, valentes, capoeiras,

denominações de vocábulos diferenciados em meio a uma discussão mais ampla da capoeira em berços do Leão do Norte”.

Assim nos informa COSTA (2013, p. 103):

“O crescimento da população livre e liberta, sobretudo na segunda metade do século XIX, refletiu-se na expansão urbana sem ordenação social. Egressos do cativoiro, negros livres se aglomeravam na cidade, formando, junto com os brancos pobres, a massa do ‘proletariado de cortiço e de mocambo’, sem melhores oportunidades de vida. Os meios de sobrevivência irregulares se tornavam cada vez mais precários, e a habitação degradava as pessoas. Os mocambos eram associados a pobreza, infelicidade, crimes e miséria. Eram vistos, ainda, como perigo social, pois constituíam redutos não só de doenças, mas também de indivíduos marginalizados pela sociedade, como os malandros de cais, os capoeiras, ladrões, prostitutas e até assassinos – classificados por Gilberto Freyre como ‘o terror da burguesia de sobrados’.”

O início da história da capoeira no Recife está, pode-se dizer, mais para sangrenta do que para arte ou jogo. De acordo com MARQUES (2012), os crimes com os quais a capoeira estava correlacionada eram quase sempre lesões corporais leves ou graves, portes de armas, “distúrbios”, “arruaças”, “vagabundagens” e homicídios. A utilização de facas pelos capoeiristas e outros criminosos no Recife fez com que os jornais noticiassem verdadeiros duelos à base da bicuda e do cacete. Em 1904, o *Correio do Recife*¹, por exemplo, citava que diversos “moleques” jogavam

capoeira armados de facas de ponta e cacete na Campina do Bodé, bairro de São José (MARQUES, 2012, p. 35).

Segundo Beltrão (2011), na província pernambucana, os atos da capoeiragem foram compreendidos por José César de Menezes, governador, como sendo uma prática de bandidos maior do que as da fome, da peste e a da guerra. Sendo assim, em 1776 foi decretada a prisão dos capoeiras pelo delegado do 1º Distrito, Casado Lima. As ações da capoeiragem e de lutas dos valentes estiveram fortemente presentes no século XIX: “Sexta-feira, 4 de novembro de 1881, *Revista Diária* – Campo Verde – Desta localidade, na Boa Vista, nos pedem, em um bilhete postal, para reclamar da autoridade competente alguma providência que ponha termo a um constante exercício de capoeiragem que ali se faz especialmente nos domingos e dias santificados. Fica feita a reclamação. A autoridade que cumpra o seu dever” BELTRÃO (2011, p. 13).

Infelizmente, por vezes o termo capoeira era dado como qualidade pejorativa aos indivíduos qualificados como capoeiras na metade do século XIX. Talvez um desses capoeiras que tenham sido incorporados nas Forças Armadas seja Jovino Pedro de Alcântara, vulgo Jovino dos Coelhos, pernambucano, nascido em 1870, capoeira, marinheiro nacional e “conhecido desordeiro” das ruas do Recife. Estas ligações também não deveriam durar muito, ou ao menos duravam o tempo que esses personagens achavam necessário, pois Jovino dos Coelhos seria procurado como desertor. De qualquer forma, o fato de capoeiras serem integrados na Marinha ou no Exército revela que o chefe de polícia da Capital Federal estava sendo “traído” por parte de sua corporação (MARQUES, p. 146-147, 2012). E ainda MARQUES:

1 Edição de 17 de agosto de 1904.

[...] As teias de capoeiragem tecidas entre os capoeiras e as Forças Armadas podem ser vistas em Recife, sobretudo quando os diversos batalhões no Recife saíam ou regressavam de seus exercícios, marchas e desfiles. (MARQUES, 2012, p. 47)

A ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS x A CAPOEIRA

A Marinha é a mais antiga das três Forças Armadas. É uma instituição tradicional e, como não poderia ser diferente, privilegia o passado de sua historicidade, bem como valoriza as experiências, os símbolos e as práticas sociais desde sua constituição, em 1615, para defender o Brasil por via marítima, quando este era colônia portuguesa.

Esse órgão marítimo tem como prerrogativa fiscalizar, policiar, orientar e defender de forma organizacional o Estado brasileiro de ataques por via marítima. Segundo LINS (2012): “E, para exercer esse papel, acredita no investimento em recursos humanos através do preparo e da formação de seu pessoal, pois, para a Marinha, o ensino é o alicerce do profissionalismo. Esse é um processo contínuo e progressivo ao longo de toda uma carreira tanto de oficiais como de praças. Essa formação constante procura desenvolver a aquisição do saber formal, porém visa, ainda, cultivar as qualidades morais, cívicas e físicas do ‘homem do mar’, dando ênfase vocacional para aprimorar os conhecimentos essencialmente militares e navais” (LINS, 2012, p. 18).

Há muito tempo que a capoeira e/ou os capoeiras têm ligação com a Marinha do Brasil. Para se ter uma ideia, e de acordo com NASCIMENTO (1997, cap. 2):

“[...] no Relatório do Ministro da Marinha de 1888, nota-se que, de 1840

a 1888, foram recrutados à força 6.271 homens para o Corpo de Imperiais Marinheiros e recebidos somente 460 voluntários. Essa diferença com certeza asseverava o dito por vários ministros da Marinha ao longo do século XIX e início do XX, isto é, a falta de voluntários levava ao imediatismo do recrutamento forçado. [...] Nesse sentido, todo homem pego pela malha como recruta, suspeito de deserção, vadio, arruaceiro, gatuno, capoeira ou órfão poderia ser enviado para a Marinha ou para o Exército”.

A Guerra do Paraguai foi um conflito militar que ocorreu na América do Sul, entre os anos de 1864 a 1870. Nesta guerra, o Paraguai lutou contra a Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai. O Brasil enviou em torno de 150 mil homens à guerra, e cerca de 50 mil não voltaram. Muitos desses homens eram negros – escravos e libertos e capoeiras. A guerra significou para os negros escravos a oportunidade da liberdade; para os negros libertos, a chance de ascensão e reconhecimento social. Entretanto, os capoeiras nem sempre iam como voluntários; muitos eram, segundo Nestor Capoeira (1999), “recrutados nas prisões, outros foram agarrados a força nas ruas do Rio e das outras províncias”.

É com a criação da antiga Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que funcionava precariamente a bordo de navios, que se iniciou a formação de praças na época do Império, em 1840. LINS (2012) informa que, de lá para os dias atuais, o ensino e o aprimoramento são uma realidade das quatro Escolas de Aprendizes-Marinheiros que funcionam estrategicamente pelo território nacional. Muitos jovens são beneficiados a cada ano quando selecionados para fazerem parte

do curso de formação de marinheiros. O curso tem duração de 11 meses e nele são ministradas várias disciplinas com base humanística, filosófica e científica e as específicas da profissão marítima, que são as do ensino militar naval, em que se propaga a doutrina naval.

De acordo com LINS (2012, p. 17), as Escolas de Aprendizes-Marinheiros eram, para muitos meninos, o pão do corpo e do espírito, além de abrigo. Cabe ressaltar que essa ação da Marinha não era de cunho caritativa, mas de teor puramente político do Estado, que efetuava o recrutamento forçado dos pequenos e jovens aprendizes, haja vista serem vistos, em alguns momentos, como “sementes do futuro” e, em outros, como “problema social”.

Para VIANNA, 1999, *apud* LINS, 2012, o “problema da menoridade” vem desde o final do século XIX e segue nas primeiras décadas do século XX. Naquela época, essas crianças “menores” faziam parte de uma massa diversificada de crianças pobres em situação de anormalidade, em detrimento do modelo de infância adotado para a época. E, então, seria tirando esses menores das ruas e dando trabalho, ocupação e disciplina que eles teriam uma vida digna.

O signo linguístico “aprendiz” nos remete ao lugar de principiante, e a palavra aluno tem significado de “discípulo”, ou seja, aquele que segue com capacidade e destreza o aprendizado.

“A dualidade do sistema estava demarcada nas nomenclaturas que lhes eram atribuídas nas escolas, no que era ensinado, nas formas de trabalho, nos dispositivos de disciplinamento, nos mecanismos de punição e na projeção do que se queria de cada um no futuro. [...] O contexto de criminalização da pobreza e o ideário do trabalho como

regenerador e gerador de tempo útil para os “menores” produziram os sentidos das propostas formativas direcionadas aos filhos da população pobre. Uma instituição como a Marinha poderia torná-los ‘cidadãos úteis à Pátria’ através das Companhias e Escolas de Aprendizes-Marinheiros. Porém, durante todo esse período, havia um problema específico da instituição a ser enfrentado: preencher o efetivo dos Corpos de Imperiais Marinheiros e depois, na República, o Corpo de Marinheiros Nacionais, quantitativo quase sempre abaixo do estabelecido pelas leis anuais de fixação dos efetivos. (LINS, 2012, p. 18).

Uma população era educada para “as grandes coisas”, e a outra “embrutecida para o cativoiro”. Na Marinha, a realidade não foi diferente: uns meninos eram educados para o oficialato e os mais pobres educados para a marinhagem (LINS, 2012, p.113).

A história da Marinha está inserida no contexto político, cultural e social do Brasil. Sendo assim, história não difere muito da história do Brasil, em que alguns nasceram para a “casa grande” e outros para a “senzala”. Isto é fato indiscutível em nossa história desde a chegada dos europeus em território nacional. Assegura LINS (2012, p. 14) que:

“O Brasil, desde quando era colônia, tinha os chamados ‘escravos da Nação’, e na Marinha eles serviam principalmente nos Arsenais. Eram homens e mulheres ‘doados’ ou comprados pelo Estado, que, muitas vezes, levavam junto os seus filhos, ainda muito pequenos. Alguns escravos eram trazidos pelos seus senhores para o aprendizado de ofícios, ou para serem punidos por faltas cometidas com trabalho para

serem aprisionados nas presingangas² ou serem deixados, quando inválidos, para o sustendo do Estado.”

Sendo assim, a história naval não difere muito da história da capoeira no Brasil, onde houve muita resistência por parte dos menos favorecidos da sociedade.

A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco teve início em 27 de agosto de 1840, com a criação da 1ª Companhia de Aprendizes-Marinheiros, por meio da Lei nº 148, quando da administração de Antônio Francisco Paula Hollanda Cavalcante de Albuquerque, o Visconde de Albuquerque.

Em 24 de outubro de 1857, ou seja, 17 anos após a criação da 1ª Companhia de Aprendizes-Marinheiros, o Imperador Dom Pedro II, por meio do Decreto nº 2003, determina a criação da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco (Eampe), fazendo com que aquela companhia se transformasse em Escola. Como a Eampe não tinha sede própria, funcionou, nos primeiros anos, no Navio-Brigue *Cearense*, quando sofreu sua primeira inspeção, realizada pelo próprio Imperador Dom Pedro II. Anos mais tarde, a Eampe passou por várias transferências da sede. “Teve sua instalação em um dos telheiros do velho Arsenal de Marinha do Recife, no Vapor Misto *Recife* e no prédio onde hoje funciona a Capitania dos Portos de Pernambuco” (MARINHA).

Tendo sua missão para com o Estado crescido e estando contribuindo para o Poder Naval do Brasil, a Eampe, no ano de 1948, foi transferida para sua sede atual, no Complexo de Salgadinho, em Olinda (PE).

MESTRE PIRAJÁ: UMA VIDA DEDICADA À MARINHA E À CAPOEIRA PERNAMBUCANA

A história da capoeira e da Marinha em Pernambuco é feita de momentos ímpares e de homens que fizeram ponte entre a capoeira e a Marinha. Um deles é Ferreira Silva Marcondes Luiz, marujo responsável pela propagação da capoeira em solo pernambucano. Ele é conhecido no mundo capoeirístico como Mestre Pirajá.

Assim nos afirma FONSECA (2009):

“Não é novidade, na realidade, que um membro das Forças Armadas Brasileira esteja inserido com questões relativas à capoeira, principalmente no intento de enquadrá-la enquanto atividade esportiva. No início do século XX, como demonstrado anteriormente, setores militares defenderam a criação de um Método Nacional de Educação Física baseado na capoeira, além de serem feitas as primeiras propostas acerca da regulamentação enquanto esporte”.

O Mestre Pirajá nasceu no Recife, no bairro denominado Morro da Conceição. Militar por profissão, ingressou na Marinha para completar sua formação moral e humanística e juntá-la aos seus conhecimentos capoeirísticos. Ele é, conforme seu *blog*, o mestre capoeirista mais velho do Recife. Foi com seu tio, Luiz Naval, que ele tomou conhecimento da capoeira, cujos conhecimentos lhe foram dados por alguns descendentes de negros que tinham sido escravizados. Mestre Pirajá é, desse modo, uma fonte importantíssima para a memória da capoeira pernambucana.

² Navios que serviam como presídios flutuantes da Marinha do século XIX. Essas embarcações ou haviam recebido baixa da Armada ou estavam aguardando algum concerto.

Ainda em seu *blog*, o mestre conta que, no ano de 1966, saiu do Recife para Salvador, onde passaria alguns meses, já que faria ali um curso de iniciação no Corpo de Fuzileiros Navais. Foi na capital baiana que teve a grande prerrogativa de ampliar os conhecimentos na prática capoeirística com nomes locais importantes tanto da capoeira regional quanto da capoeira de Angola.

No ano posterior da ida a Salvador, em 1967, o Rio de Janeiro tornou-se seu novo local de morada. Na antiga capital do Brasil, Mestre Pirajá fez contato com capoeiristas locais e, ao lado dos mestres Travassos e Veludo, dá início ao Grupo Pequeno Mestre. Dois anos depois de sua ida para o Rio de Janeiro, ou seja, em 1969, estando de férias no Recife, aproveita para fundar o Grupo Senzala de Capoeira de Pernambuco, nome em homenagem ao livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.

De acordo com KOHL (2012, p. 128 *apud* PIRAJÁ, 2009):

“Segundo o mestre, ampliou a capoeira que aprendera com seu tio incorporando outros golpes, elementos da capoeira de Angola (por exemplo, a mandinga, entre outros) e da capoeira regional (por exemplo, cintura desprezada,) e, também, aspectos da capoeira carioca. Uma valência local articulada com outras valências como as seguintes: capoeira ensinada por negros que foram escravizados, experiência militar, difíceis condições de vida, capoeira praticada noutras localidades, entre outras.

Um ponto muito importante a esclarecer é que a capoeira ensinada e definida por Mestre Pirajá é denominada de “Anglo-Regional”, ou “Capoeira Pernambucana”, uma junção de tudo

o que ele vira e ouvira nos locais em que esteve aprendendo outros modos de “capoeirar”.

[...] conceituação que retrata bem a teia relacional vivenciada pelo mestre enquanto valência de referência da capoeira praticada em movimento na cidade do Recife. Valência que, inicialmente, ensinou a capoeira que praticava para 16 amigos de sua infância” (KOHL, 2012, p. 128).

De acordo com o mestre, ainda em seu *blog*, ele retorna definitivamente para o Recife em 1972. E é nos morros e nos altos da Casa Amarela que ele passa a divulgar e a ensinar a capoeira que aprendera para pessoas de faixa etária diversas e para vários fins: como terapia, para lazer ou como formação social. “Fins que mostram uma intencionalidade pedagógica desenvolvida em âmbito não formal” (KOHL, 2012, p. 128). Nas palavras do próprio mestre, em entrevista:

“No final do ano de 1972, voltei para o Recife, e aqui não havia mestre de capoeira. Eu só havia escutado falar de Mestre Bimba e Mestre Pastinha. As demais referências eram chamadas de ‘Seu’ ou ‘Senhor’, como eram os casos de Canjiquinha, Caiçara, eu e outros. Era uma referência que demonstrava respeito em relação a nossa idade. Chamavam-nos de ‘seu’ ou ‘senhor’ e não de ‘Mestre’. Quando o Mestre Bimba morreu, houve uma articulação entre os grupos de capoeira para ver tal questão sobre as graduações da capoeira, e eu, que tinha o Grupo Senzala de Capoeira de Pernambuco, fui convocado. Nosso grupo foi fundado em 1969. Logo, até que se prove o contrário, fomos o primeiro grupo fundado em Pernambuco, considerando as referências que se

apresentam como pioneiras no estado (KOHL, 2012, p. 128-129).

Sabemos que a capoeira requer algumas técnicas e alguns valores, e um deles é a disciplina, disciplina esta que, segundo o próprio Mestre Pirajá, lhe fora dada na vida militar, já que ele fazia parte da Marinha do Brasil desde os 17 anos. KOHL (2012, p. 135) nos conta: “Segundo o Mestre Pirajá, no início de 1975 ocorreu uma reunião no Clube das Asas, na Ilha do Governador, bairro do Rio de Janeiro. O mestre foi convidado para tal reunião e compareceu junto com o Grupo Pequenos Mestres. Referências da capoeira, oriundas de diferentes localidades brasileiras, como Travassos, Veludo, Manoel, João Pequeno, João Grande, Acordeon, Traíra, Joel, Suassuna e outras, estiveram presentes para a discussão referente à possibilidade de adoção de um novo sistema de graduação para a Capoeira. Na reunião, não se chegou a nenhum acordo. [...] O mestre afirma que teve facilidade em se adaptar na graduação e na hierarquia preconizada, pois já era militar desde os 17 anos, quando se incorporou ao Corpo de Fuzileiros Navais. Adaptação que evidencia a teia relacional da capoeira vivida pelo mestre, que se articulou a diferentes valências de controle por meio de hierarquias preconizadas pelas figurações com as quais teve relações”.

Mestre Pirajá ainda completa:

“Sempre tive a facilidade de obedecer e de me fazer obedecer, a ter voz de comando. Sempre passei isso aos meus alunos da capoeira. Dizia para eles que temos que ter visão primeiro para poder jogar na roda de capoeira. Não tendo visão, a pessoa apanha, pois não sabe sair dos golpes. É preciso ver o jogo do seu adversário e olhar no

olho dele. Depois de ter visão de jogo, deve-se ter a disciplina, que nos leva ao respeito hierárquico, como o Mestre Bimba ensinava (KOHL 2012, p. 135).

No início deste trabalho, dissemos que os significados do termo “capoeira” são vários, sendo esta, deste modo, uma palavra polissêmica, o que não poderia ser diferente ao longo de toda a história e trajetória da capoeira. Mesmo que atualmente o significado nos remeta a uma arte genuinamente brasileira, ainda assim existirão conflitos internos de emoções e situações diversas e adversas. Corroboramos conosco a seguinte passagem de KOHL (2012, p. 139-140):

[...] jamais irá se unificar, ela não tem como se unificar, ela é tribal. Por mais formadora, cidadã, educadora que ela seja, tem um lado tribal, porque ela é afrodescendente. É conforme na África, você chega a alguns países da África, onde existem 50, 60 tribos com dialetos diferentes brigando entre si. Nós herdamos isso no sangue de negro que temos, herdamos isso também, temos raiva, revanchismo, uma série de sentimentos. Hoje procuramos dominar esses sentimentos maus, não os levando justamente para roda da capoeira (informação verbal).

[...] A Capoeira do Recife revela um *habitus* agregador e produtor de conhecimentos repassados por suas referências em diferentes vieses, tais como o gestual, o ritualístico, o musical, o artesanal e outros, acumulados historicamente” (KOHL, 2012).

De acordo com o Mestre Jogo de Dentro, em seu *blog* “École de capoeira angola de Paris”, muitos capoeiras trabalhavam nos portos como estivadores, marujos e

pescadores. E até mesmo por habitarem em cidades litorâneas, compartilhavam uma cultura portuária, que foi incorporada à cultura da capoeira que os mestres do início do século XX estavam construindo.

VAZ (2014) encontrou material produzido no século XIX que pode ser elucidador sobre a questão dos contramestres na Capoeira de Angola. Trata-se da obra *Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha para o Uso da Mocidade Portuguesa, Destinado ao Comércio*, de 1819, impresso em Lisboa. Tem-se notícias ali de homens do mar que utilizavam a capoeira como defesa, em suas brigas pelos portos afora: “[...] A folha cita um marujo brasileiro, um tal ‘Boi’, que, num porto francês, resistiu a uma escolta numerosa só se utilizando da cabeça e dos pés. Também acrescenta VAZ: “[...] Luciano Milani, em entrevista com Mestre Bola Sete, divulgada pelo *Jornal do Capoeira*, traz a informação de que o grande capoeirista

Pessoa Bababá era marinheiro da Marinha Mercante. Discípulo de Mestre Pastinha, ingressa em sua academia em 1969”. Ainda segundo o autor, “em meados dos anos 2000, a Marinha do Brasil realizou uma parceria com algumas ONG, num projeto social chamado Cidadão do Amanhã, coordenado pela ONG Ativa, com o Grupamento dos Fuzileiros Navais, em que se realizavam atividades de recreação e ensino de capoeira”.

Como se pôde verificar neste artigo, a capoeira e a Marinha têm muito mais conexões e ligações ao longo de toda sua história do que poderíamos imaginar. Talvez seja pela questão de o grande mar ter sido palco de tantas lutas entre os seres que tiveram seus corpos escravizados e seus algozes. O que podemos tirar de tudo o que foi dito é que esses dois símbolos nacionais, além de se conectarem, se completam: a capoeira como arte de resistência e a Marinha como propagadora e incentivadora.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<VALORES>; Cultura;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Camile. *Arte da capoeira*. Goiânia, 1995.
- BARÃO, Adriana de Carvalho. *A performance ritual da ‘Roda de Capoeira’*. Dissertação de Mestrado do Instituto de Artes da Unicamp. Campinas: SP, 1999.
- BELTRÃO, Mônica Carolina de A. *A Capoeiragem no Recife Antigo: os valentes de outrora*. Editora Nossa Livraria: Recife, 2007.
- _____. *A Capoeira dos Leões do Norte: a herança de Pernambuco*. Editora Nossa Livraria: Recife, 2011.
- BRASÍLIA. *Dossiê: inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Ministério da Cultura, 2007.
- BULAMARQUI, Aníbal. *Ginástica Nacional: capoeiragem metodizada e regada*. Rio de Janeiro, 1928.
- CAMPOS, Hélio. *Capoeira na escola*. Salvador: EdufBA, 2001. 153 p.

- CAPOEIRA, Nestor. *O pequeno manual do jogador*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- COSTA, Valéria Gomes. *Trajatórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife, 1846-1890*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2013. 251 p.:il.
- FONSECA, Vivian Luiz. *Capoeira sou eu: memória, identidade e conflito*. Rio de Janeiro: GFV/CPDOC, 2009.
- IPHAN – Dossiê IPHAN 12 - *Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira*. 2006-2007.
- KOHL, Henrique Gerson. *Educação e capoeira: figurações emocionais na cidade do Recife-PE-Brasil*. Tese de Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco. 2012, 390 f.
- LIMA, Manu. *Dicionário de Capoeira*. Brasília: Conhecimento Editora, 2007.
- LINS, Mônica Regina Ferreira. *Viveiros de "homens do mar": escolas de aprendizes-marinheiros e as experiências formativas na Marinha militar do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. 283 f.
- MARQUES, Carlos Bittencourt Leite. *"Brinquedo, luta, arruaça": o cotidiano da capoeira no Recife de 1880 a 1911*. Dissertação e História Social da Cultura – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2012. 202 f.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra". *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, no 38, Rio de Janeiro, dezembro de 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200005>
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. "A Sorte dos Enjeitados no Recife (1789-1832)". *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, 2007.
- PIRAJÁ. O mestre. Recife, 2009. Disponível em: <http://www.mestrepiraja.blogspot.com/>. Acesso em: 22 outubro, 2018.
- REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: um ensaio socioetnográfico*. Salvador: Itapuã, 1968.
- REIS, L. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.
- SILVA, Wandoberto Francisco da. "O destino dos filhos pobres, órfãos e enjeitados de Pernambuco: As companhias de aprendizes da Marinha (1847-1857)". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, julho/2011.
- VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. *Crônica da capoeiragem*. São Luís: Edição do Autor, 2014. Disponível em http://issuu.com/leovaz/docs/cronica_da_capoeiragem_-_issuu/1. <http://www.angola-ecap.org/matieres-a-penser/em-portugues/87-o-que-e-um-contramestre>.